XX REDOR
Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

PROSTITUIÇÃO VOLUNTÁRIA E SEXUALIDADE: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS NA PRODUÇÃO DA AUTONOMIA DE TRABALHADORAS SEXUAIS EM BREGAS DE PORTO VELHO (RO)

Wagner dos Reis Marques Araújo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e-mail: marquesreis @hotmail.com

Resumo: Nesta discussão trazemos questões relativas à prostituição a partir de perspectivas que a reconhecem como um trabalho deslegitimado socialmente ao romper com os papéis de gênero impostos cultural e socialmente às mulheres. O objetivo principal foi analisar as estratégias desenvolvidas por trabalhadoras sexuais na produção da autonomia em suas práticas em bares de prostituição das áreas próximas as obras das Usinas Hidrelétricas Santo Antonio e Jirau, no estado de Rondônia. Partimos de uma abordagem teórico-metodológica que contempla a observação etnográfica paralela à entrevista em profundidade. O conceito "sexualidade" é pensado enquanto um dispositivo de poder que interseccionado com o gênero produz efeitos sobre a identidade subjetiva da trabalhadora. Uma questão conduz a discussão que se desenvolve aqui: Que reflexos as desigualdades de gênero e sexualidade têm sobre as trabalhadoras sexuais? São questões que têm sido tema de discussão entre as diferentes correntes femininas. Tais questões fazem parte de uma pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Como um dado relevante, a pesquisa aponta que o jogo de poder típico das relações entre as prostitutas e os seus clientes é um exemplo no qual podemos encontrar trocas de posições e também no qual estão previstas formas de resistência. Assim, pensar o contrato da prostituição como expressão máxima da subordinação da mulher na sociedade capitalista é algo insuficiente, uma vez que as garantias de autonomia da trabalhadora sexual em relação aos clientes residem nos limites estabelecidos na negociação dos serviços sexuais.

Palavras-chave: Prostituição voluntária; autonomia; sexualidade; estratégias laborais.

Introdução

A literatura sobre prostituição é unânime em reconhecer a complexidade dessa atividade que envolve sexo, afetos e intimidades que, muitas vezes, é desenvolvida de forma clandestina. Tal aspecto aponta para questões acerca das relações de poder entre as prostitutas, seus clientes e agenciadores. Uma das problemáticas apontadas é que a prostituição envolve sexo e, na vivência da sexualidade, as mulheres foram historicamente oprimidas pela "dominação masculina". À vista disso, apresentamos o recorte de uma pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 2013 e 2017, cujos resultados da pesquisa evidenciaram as estratégias desenvolvidas pelas trabalhadoras sexuais, na produção da autonomia no trabalho sexual exercido em bares de prostituição. Partimos de uma abordagem teórico-metodológica que

contempla a observação etnográfica paralela à entrevista em profundidade.

A coleta de dados aconteceu em duas fases. Entre a fase inicial e o término da pesquisa foram entrevistadas trinta e cinco (35) prostitutas em seus locais de trabalho; por questões da não adesão à pesquisa, principalmente pelo não consentimento do uso de gravador e do registro das conversas no caderno de campo, a amostra de entrevistas em profundidade foi composta por 17 mulheres. As entrevistadas estão na média etária dos 32 anos (19 anos a mais jovem e 54 anos de idade a mais velha).

A maioria das mulheres confirma que já teve experiências de trabalho em outro tipo de atividade profissional: serviços domésticos remunerados, empresa conservadora, operária da construção civil, comerciária (loja e lanchonete), diarista, garimpeira, manicure. Entre elas, ainda hoje, quatro têm outras atividades profissionais, mas flertam com a prostituição ocasionalmente.

No Brasil, em geral as mulheres que se prostituem são categorizadas como levianas e promíscuas por não assumirem os papéis tradicionais de gênero relegados à “mulher direita”. A marginalidade que permeia a atividade está, em grande medida, relacionada à representação social dos papéis de gênero atribuídos à mulher em relação à sexualidade feminina; por um lado, o sexo para o homem está ligado à necessidade fisiológica, por outro, o sexo para a mulher está vinculado à idealização romântica que se efetiva com um contrato matrimonial e, sobretudo, à reprodução da espécie. A pesquisa evidenciou que para além de mostrar-se como uma alternativa econômica interessante que proporciona maiores possibilidades de renda em relação a outras atividades disponíveis, como o trabalho doméstico, de diarista e de comerciária; a modalidade de prostituição investigada apresenta vantagens destacadas pelas prostitutas que conflitam justamente com os fatores apontados por defensores da prostituição enquanto trabalho regulamentado: a informalidade profissional das prostituição e a personalização dos serviços de natureza sexual que são prestados (clientes fixos, relações de afinidade e afetos).

O contexto da pesquisa e as categorias identificadas

Na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, os bregas estão localizados comumente nas áreas próximas às obras de infraestrutura hidrelétrica e rodoviária e, especialmente, nas adjacências da região portuária e garimpeira do rio Madeira onde há um grande fluxo diário de homens. Tais lugares são procurados por grupos assíduos de operários das obras das UHEs Jirau e

Santo Antônio e, também, por homens das classes populares locais e seu principal objetivo seria suprir as lacunas de sociabilidade no contexto dos canteiros de obras e nos locais de grandes concentrações de homens.

Nesses bares de prostituição, em geral, há uma variedade de perfis de profissionais do sexo quanto às diferentes faixas etárias e tipos físicos. Essas mulheres não estão organizadas como categoria política de prostitutas, reivindicando a regulamentação de suas atividades. Em comum, elas estabelecem como meta "trabalhar bastante e honestamente" para proporcionar uma boa educação aos seus filhos/as (e condições de vida para os familiares) e adquirir a casa própria que, nas fala delas, aparecem como as principais motivações para permanecerem na prostituição.

Foram identificadas três modalidades de vínculos informais constatadas a partir da análise das trajetórias: **a)** aquela na qual a garota trabalha como garçonete/cozinheira em paralelo ao trabalho sexual; **b)** outra em que a trabalhadora sexual comparece nos diferentes estabelecimentos nos dias e horários de maior fluxo de clientes; **c)** outra onde a prostituta permanece no local de trabalho em regime de pensionato por períodos prolongados. Nesta última modalidade, verificamos a presença de mulheres originárias de outros estados brasileiros e da Bolívia que, motivadas pela grande concentração de operários das obras de construção das hidrelétricas, migraram para se inserir na prostituição principalmente no distrito de Jaci Paraná.

Gênero, sexualidade e autonomia na prostituição voluntária

A categoria "gênero" adquiriu prevalência por seu caráter relacional e político, especialmente por dispor de uma base conceitual de interpretação das definições normativas das feminilidades e das masculinidades –, pensadas por Juan Scott (1995) como socialmente construídas. No núcleo desta perspectiva feminista encontra-se a conexão entre duas proposições definidoras: "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de significar as relações de poder" (SCOTT, 1995, p. 86). Nestas proposições estão definidos os quatro elementos substantivos enlaçados e, sobremaneira, envolvidos pelo gênero enquanto categoria relacional: os símbolos culturais, os conceitos normativos binários, os discursos normativos binários (nas instituições e organizações); e, por último, a identidade subjetiva (SCOTT, 1995). Tal elaboração teórica traz contribuições significativas

para o feminismo por colocar o fenômeno do poder (pensado como unidimensional pela teoria do patriarcado) como elemento central nas relações sociais.

No esquema conceitual de Butler (2013), a categoria gênero é definida como um ato intencional e, ao mesmo tempo, performático que é produzido ou gerado (no sentido de construção dramática e contingente) que produz significados. Por esse último aspecto, o papel do gênero seria o de produzir a falsa noção de estabilidade, em que a matriz heterossexual estaria assegurada por dois sexos fixos e coerentes (masculino/feminino).

Scott (1995) e Butler (2013) compartilham da mesma noção de poder de Foucault (que atua na construção do ser) e, sobretudo, são complementares em termos de abordagens que incluem a intersecção entre gênero e outros marcadores sociais. Butler (2013) avança em suas discussões ao resgatar a noção de processo e de construção singular de cada sujeito, localizado dentro de um campo situado de possibilidades que é reafirmado ou renegociado através de sucessivas performances (NARVAZ e KOLLER, 2006). No entendimento dessas feministas, gênero intersecta com diferentes modalidades de identidades "constituídas discursivamente – raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc. – motivo que torna impossível separar gênero das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado" (PISCITELLI, 2002, p. 28).

No entendimento de Piscitelli (2012), os limites existentes entre "trabalho sexual" e "exploração sexual" são bastante complexos ao constatar que no debate brasileiro e internacional sobre prostituição e tráfico de pessoas há diferentes noções de "exploração", que acabam por levar a uma tensão conceitual. Considerando o contexto brasileiro, essa feminista acadêmica apresenta as três principais definições atuais de exploração vinculadas à prostituição: exploração sexual (feminismo neoabolicionista); exploração laboral (feminismo liberal) e exploração sexual/lenocínio (feminismo radical)[1].

No entendimento das feministas radicas (defensoras do abolicionismo) é inconcebível que uma mulher busque uma atividade considerada tão degradante e desumana sem que tenha sido obrigada a fazê-lo.Essa postura também é compartilhada por uma parcela

[1]Jo Doezema (2005) utiliza o termo neo-abolicionistas para se referir à jovens feministas contemporâneas que negam que a prostituição possa ser considerada uma escolha verdadeira (autônoma) ou uma "promulgação" legítima do desejo, para as quais toda prostituição é inerentemente violência contra a mulher, sendo uma prática onde nenhum consentimento é possível; essa corrente pode ser entendida como uma renovação do discurso abolicionista, que retira de foco a associação da prostituição como escravidão para pensá-la a partir de aspectos relacionados ao mercado capitalista.

significativa da sociedade, que leva a novas formas de estigmatização (exclusão, exploração do trabalho, negação de direitos laborais e sexuais, situações de violências, etc.). Embora gênero e sexualidade (articulados a outros marcadores sociais de diferença) atuem por lógicas próprias, que podem produzir diferentes formas de agenciamentos, subordinação e exploração, a prostituição demonstra ser, por si só, desvalorizada como trabalho e traz outras questões subjetivas.

A despeito dos avanços na esfera da sexualidade (enquanto campo semântico na modernidade) que afetaram os papéis de gênero e, por conseguinte, da família, ainda persistem formas de controle sobre os corpos, considerando a sua elaboração social que opera dentro dos campos de poder (GIDDENS, 1993, FOUCAULT, 2013). Ambos os autores compartilham do entendimento que a sexualidade é um constructo social, já que ela se constitui culturalmente a partir de múltiplos discursos sobre o sexo dos indivíduos os quais a regulam e normatizam e, como diz Foucault (2014), instauram saberes que produzem "verdades" sendo investidas de relações de poder (FOUCAULT, 2014).

A sexualidade feminina permanece pautada à procriação e à monogamia, e não ao prazer, mas, em contraposição, a sexualidade masculina que ainda persiste é aquela caracterizada como expansiva e quase incontrolável enquanto a feminina é percebida como objeto de controle masculino. Isso incide no comportamento sexual das mulheres (castidade, conjugalidade, monogamia, prazer), dentre outras instâncias da vida.

Nesse sentido, o projeto político feminista inaugurado em meados do século XX assumiu o empoderamento das mulheres como referência para o processo de conquista da autonomia da mulher. A noção de autonomia atribuída ao feminismo naquele momento vinculava-se, portanto, à ideia de "autodeterminação" do sujeito político mulher (GURGEL, 2014), uma perspectiva política herdada da primeira onda[2] do feminismo que se desenvolveu no século XIX em países como França, Reino Unido e Estados Unidos[3]. No entendimento de certas teóricas feministas, há limites subjetivos

[2] Iniciada nos fins do século XX, a primeira onda do feminismo assumiu como eixo de reivindicações o acesso à esfera pública, especialmente o sufrágio universal e um conjunto de direitos que eram necessários para que tal acesso pudesse ocorrer como, por exemplo, os direitos à educação e à propriedade.

[3] No Brasil dos anos 1990, com a institucionalização do feminismo e a sua subordinação ao aparelho estatal esse movimento desvincula-se da noção de autonomia como autodeterminação (que se caracteriza pela luta por emancipação e liberdade individual); assim, o "feminismo dos anos de 1990 é marcado por um processo de transferência do [para o] campo de representação e tomada de decisão, sem, com isso se conseguir a construção de um coletivo total, o qual atuasse com as diversas dimensões de opressão que marcam as experiências das mulheres" (GURGEL, 2004, p. 101).

que se impõem quando o ideal de autonomia é acionado pelos sujeitos os quais dizem respeito às vontades individuais. Conforme argumentam, as decisões dos indivíduos podem ser impostas ou assumidas na ausência de alternativas e/ou na impossibilidade de reflexão sobre as próprias escolhas (BIROLI, 2013).

A renovação da noção de autonomia enquanto categoria política leva em conta que a produção dos interesses e das escolhas dos indivíduos não é inteiramente individual sendo, portanto, definida em relação às posições do mesmo diante da coletividade. Trata-se de uma categoria política por apostar na emancipação feminina já reivindicada pela primeira onda do movimento feminista. Assim, a busca pela emancipação feminina que, inicialmente, estava relacionada às questões inerentes à esfera privada foi ampliada a partir de meados do século XX com reivindicações de igualdade para as mulheres na esfera pública.

Para Biroli (2013), o aporte relacional incluído na noção de autonomia do feminismo político pode, talvez, ser considerando como uma das maiores mutações no debate recente sobre autonomia, qual seja: a ideia de que a produção das preferências e escolhas "não é individual" e está enraíza nas teorias que tratam da "autonomia relacional" (BIROLI, 2013, p. 57). Esta perspectiva avança pelo viés de análise socioestrutural ao vincular a categoria autonomia à ideia de que há padrões estruturais para o seu exercício, porém, não rompe com outra dimensão cara e fundamental à autonomia que é a "autodeterminação" (SZWAKO, 2015).

Desse modo, a noção de "autonomia relacional" mostrou-se de especial relevância para a compreensão do processo de construção da autonomia das trabalhadoras sexuais na qual há condicionantes, limites e restrições que dizem respeito às questões macroestruturais. Isso requer a escuta individual das prostitutas, que sugere agenciamentos dentro de um universo nada uniforme, a começar pela distinção entre prostituição voluntária e prostituição forçada (exploração) que remete ao debate pró e contra a regulamentação do trabalho sexual[4]. Uma vez que a capacidade dos indivíduos em decidir a sua própria vida depende da posição que ocupam nas

[4] A crítica do feminismo abolicionista que opera na sinonimização entre prostituição e exploração defende que as "mulheres prostituidas" não dispõem de condições para fazer as suas próprias escolhas. Conforme discutido na seção anterior, o abolicionismo, por um lado, parte da crítica da objetificação das mulheres pelos homens prostituidores; por outro, enfatiza as desigualdades que operam na divisão sexual e internacional do trabalho, especialmente a intersecção entre classe e raça, negando agência às mulheres "dos países pobres" (SZWAKO, 2015).

relações de poder, inclusive, o gênero, a classe social e a etnia a que pertencem (BIROLI, 2013). O cenário relacional é, de fato, a base necessária para as decisões autônomas do indivíduo que segue atuando, em contextos fortemente relacionais, fazendo uso de ferramentas forjadas durante o seu processo de desenvolvimento (ÀLVAREZ, 2015).

A produção da autonomia da trabalhadora sexual no contexto laboral

No universo desta pesquisa, as observações de campo e as entrevistas com as prostitutas não se ajustaram à ideia de subalternização das mulheres por parte desses agentes em termos de exploração sexual. Os estabelecimentos que dispõem de maior popularidade são aqueles onde as proprietárias são ex-prostitutas que acumularam uma bagagem de conhecimento prático, os quais são acionados em termos de administração dos seus negócios.

Os programas realizados nos bregas são percebidos pelas mulheres como estratégicos e seguros, pois os/as proprietários/as dos estabelecimentos gozam de bastante prestígio entre os frequentadores dos estabelecimentos. Isso coíbe possíveis situações de violência, comuns na modalidade de prostituição praticada nas ruas onde elas estão mais expostas as diferentes formas de violências física e simbólica. No entanto, por estarem vinculados à prostituição, os/as proprietários desses bares são considerados contraventores – por mediação e favorecimento da prostituição, arts. 227 e 228 do CP. –, por isso investem na manutenção da ordem minimizando conflitos, afastando indivíduos vinculados à criminalidade e negando o vínculo da prostituta com o local.

De acordo com as entrevistadas, os bregas proporcionam vantagens em termos de negociação dos valores dos programas, da não cobrança de diárias pelos proprietários e da flexibilidade em temos de horários e dos locais de trabalho sexual. Estes aspectos indicam um relativo grau de autonomia profissional, uma condição que pode ser ilustrada como os depoimentos abaixo. Nestes termos, cabe ressaltar que muitas trabalhadoras sexuais relataram em suas entrevistas que são “livres” para organizar as suas próprias jornadas de trabalho sexual em termos de locais, dias e horários de atuação. Elas trabalham quando (e onde) bem quiserem, estabelecendo contratos sexuais com quem lhes convier, conforme indicam os extratos de suas entrevistas. Entretanto, as vantagens apresentadas por elas não são encontradas na modalidade de prostituição praticada em boates e casas de prostituição fechadas.

Os dados também permitem apontar como motivação "possível" a possibilidade de conciliar o trabalho sexual com outras atividades que elas exercem paralelas à prostituição como, por exemplo, auxiliar de serviços gerais, diarista, manicura e venda de cosméticos por catálogo, as quais complementam a renda mensal da trabalhadora sexual. Apesar da incerteza no número de programas estabelecidos, as interações nos bares podem garantir programas sexuais com clientes fixos que, muitas vezes, resultam em ganhos significativos e gratificações, principalmente para aquelas mulheres que, por diferentes motivações, flertam com o trabalho sexual.

Nesse sentido, caso o cliente contrate os serviços sexuais da prostituta cabe a esse efetuar o pagamento antecipado do programa e da "chave" (aluguel do quarto) ao dono/a do bar. Do montante pago, apenas o valor do aluguel do quarto é retido pelo proprietário do bar, ou seja, o valor do programa é entregue integralmente à trabalhadora sexual no final do expediente ou semanalmente, conforme elas relataram nas entrevistas. Esse arranjo funcionará conforme a relação de afinidade com os/as proprietários/as e o lugar ocupado pela prostituta no estabelecimento.

No contexto estudado, deparamo-nos com mulheres que se inseriram em relacionamentos de interesses de ambas as partes, mas permeados por laços afetivos e de ajudas mútuas, que escapam à lógica dos programas sexuais. Entre as "veteranas", especialmente aquelas que estão na faixa etária dos 40 anos de idade, o desejo de encontrar um parceiro estável e o agenciamento do "sexo tático" aparecem como alternativas que sugerem garantias de apoio financeiro diante da irregularidade dos programas no final da carreira como prostituta.

A noção de sexo tático remete a Cabezas (2016), que a utiliza para categorizar os arranjos afetivos que envolvem diferentes intercâmbios de sexo por dinheiro ou benefícios materiais. Tampouco acontece a autoidentificação da envolvida nessas trocas como prostituta, a despeito de as interações sexuais envolverem marcadores sociais que delimitam as diferenças de classe socioeconômica, cidadania, idade e raça/etnia (CABEZAS, 2016).

Trata-se, aqui, de relacionamentos abertos estabelecidos com homens mais velhos, que as ajudam com uma quantia de dinheiro e as procuram mensalmente para manterem relações sexuais. São homens que saíram do lugar de clientes e ocuparam a posição de companheiros afetivos; que

dispõem de prestígio e *status* nas relações familiares dessas mulheres, sendo apresentados como "amigos", "ficantes" ou namorados. A fala de TS6, uma trabalhadora sexual de 43 anos de idade, traz elementos que ilustram essa modalidade de arranjos afetivo-sexuais estabelecidos de forma paralela à prostituição, que confirmam uma tática comum adotada frente à insegurança e à instabilidade econômica da atividade, especialmente para trabalhadoras dessa faixa etária e classe social.

> Encontrei um "velho" que me ajudou a criar a minha filha. Ela tinha dois anos na época. E até hoje ele me ajuda. Só que ele mora no sítio, eu moro na cidade. Só que ele sempre me ajuda. A minha filha considera ele como um pai. Ele dá as coisas. Todo mês ele me dá trezentos e cinquenta reais. Dá uma ajudinha lá em casa, com alguma coisa. E eu estou levando a minha vida. Só que eu estou no vício das drogas. Só que eu maneirei mais! **Pesquisador: A tua relação com ele é um namoro?** Não! É assim… É quase igual à prostituição! Eu vou lá, ele me "usa"! Me paga! E eu fico aqui, e ele lá. E, quando ele vem à cidade, eu fico com ele só um dia. E ele vai embora para o mato de novo. Então, é desse jeito. Aquela vida de rua que eu levava, pega um aqui, pega outro ali, aquilo eu parei. Mas quando, vira e mexe, aparece um, liga para mim, uns conhecidos que eu tenho, eu saio ainda. Continuo nessa vida (TS6, 43 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Em outra parte da entrevista foi evidenciado que essa mulher manteve arranjos afetivo-sexuais em outros momentos de sua trajetória na prostituição.

> Eu ficava com um "nêgo veio", que eu nem sabia o nome dele direito. Passei ainda uns quatro meses com ele. **Pesquisador: Ele não importava que você fizesse programas**. Ele não importava, chegava lá na boate, a gente fazia *striper*, e tudo! Essa lá de [cidade] União Bandeirantes. Eu estava lá, e comecei a fazer programas, e me engracei por ele, e ele por mim. Saímos, ele me pagou, paguei a chave porque agente tem que pagar uma taxa. Daí começou, e toda vez que fechava a boate, ele ficava me esperando, até de manhã. Ele ia para lá e ficava enrolando, mas me dava a minha grana. Sabia, não tinha ciúmes e, ainda, passou uns quatro meses indo lá. Ele queria que eu ficasse morando com ele. Eu falei que não porque eu tinha família aqui em Porto Velho, os meus filhos. Mas só não fiquei com ele porque eu sabia que não daria certo. Ele iria ficar jogando na minha cara, porque é sempre assim, quando o homem sabe que agente é "quenga". Quando a gente vai se ajuntar com um homem, ele sempre joga na cara da gente (TS6, 43 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

No âmbito desses relacionamentos, essas mulheres veem na figura de seus "amigos", "coroas" e "velhos" uma margem de segurança financeira e um ideal de companheiro – impossível de encontrar entre os mais jovens – que não exigem fidelidade nem compromissos conjugais. Estes depoimentos são reveladores das estratégias desenvolvidas frente às condições precárias de trabalho e aos valores irregulares alcançados com os programas para as mulheres em fim de careira.

A categoria de **prostitutas com dupla função** é formada por mulheres que

estão na faixa etária dos 40 anos de idade, a maioria delas é da região Norte do Brasil, em geral têm filhos dos quais são as principais provedoras. Sem exceção, elas acumulam anos de trabalho sexual exercido em diferentes modalidades de prostituição. Geralmente estão no final da carreira na prostituição. A pesquisa apontou que a presença dessas mulheres é bem comum nos bregas da zona portuária, porém, por estarem envolvidas no funcionamento dos estabelecimentos atendendo, cozinhando, limpando e repondo bebidas no *freezer*, as mulheres nesta condição não demonstraram disponibilidade de tempo para concederem entrevistas.

No distrito de Jaci Paraná, essa modalidade de vínculos com os bregas dá lugar a inserções ocupacionais nas quais as prostitutas moram no mesmo local onde trabalham. No que tange às peculiaridades desse segmento de prostitutas em relação às demais aparece, de forma bem enfática, o desejo de empreenderem algum tipo de negócio próprio. Elas relatam que têm poupando recursos financeiros para realizarem os seus projetos profissionais futuros e realizações pessoais. Os relatos dessas mulheres sugerem que atualmente o trabalho sexual ocupa um papel secundário em suas vidas. A intensificação da subordinação dessa categoria de trabalhadoras está associada aos seguintes fatores: a) ao *status* do trabalho sexual, que, frente à falta de regulamentação, é realizado informalmente, expondo-as a situações de exploração laboral; b) às atividades realizadas paralelamente ao trabalho sexual, que são desempenhadas informalmente, sem o devido registro profissional em carteira de trabalho; c) à indefinição ou inadequação dos salários recebidos pelas funções exercidas como atendente de balcão e cozinheira; d) à indefinição dos horários de trabalho em ambas as funções que são exercidas nos estabelecimentos de prostituição.

No que diz respeito às condições do exercício do trabalho sexual ou à relação de informalidade das demais funções que são exercidas nos estabelecimentos, a modalidade de inserção discutida nessa categoria snão se autopercebe como explorada profissionalmente. À vista disso, os laços de afinidades e solidariedades que permeiam as relações dos/as proprietários/as dos bregas com essas trabalhadoras parecem funcionar como um importante mediador dos conflitos e das tensões geradas pelo contexto de informalidade e exploração profissional.

Na categoria de prostitutas com **jornada livre e itinerante** encontramos mulheres com diferentes idades que frequentemente desempenham outras

atividades informais paralelas à prostituição. No entanto, as atividades não estão relacionadas aos estabelecimentos onde elas atuam como trabalhadoras sexuais. Em comum, esta as prostitutas dessa modalidade atuam com jornada livre e itinerante entre os diferentes locais de prática da prostituição, uma condição que não é permitida às prostitutas com dupla função, que atuam profissionalmente em um único bar de prostituição.

Estrategicamente elas circulam entre os estabelecimentos à procura de interações com os frequentadores. Em geral são mulheres que estão "em trânsito" seja entre bregas, cidades ou estados; para algumas delas, até mesmo a prostituição é uma condição transitória. Em regra, encontramos uma maior resistência por parte destas mulheres em relação à adesão às entrevistas, uma circunstância que parece apontar para a forma "clandestina" pela qual o trabalho sexual é exercido pela maioria delas.

Nesse modo de inserção, as trabalhadoras sexuais não mantêm vínculos estreitos com os estabelecimentos de prostituição, embora fosse uma situação desejável por parte dos proprietários/as – isso porque entre essas prostitutas há muitas mulheres jovens e atraentes que representam o padrão estético e erótico desejável pelos clientes. Do mesmo modo, para elas, circular em diferentes bares de prostituição aumenta as possibilidades de conseguirem estabelecer um maior número interações que resultem em programas sexuais.

As trabalhadoras sexuais itinerantes (conforme as categorizamos), sem prejuízo da idade que têm, desempenham alguma ocupação ou trabalho informal em paralelo à prostituição. São essas atividades que elas assumem publicamente como ocupação quando precisam, por exemplo, abrir linha de crédito em estabelecimentos ou ao serem questionadas no colégio dos filhos/das filhas. Por um lado, manter uma atividade "honesta" parece ser uma tática que visa a garantir à trabalhadora uma renda mínima, que lhe garanta o pagamento de despesas fixas com aluguel, energia elétrica, alimentos, dentre outras mais imediatas, especialmente para aquelas que estão numa idade na qual a prática de programas sexuais diminui de forma significativa. Por outro lado, contudo, as atividades exercidas paralelamente à prostituição – consultora de beleza, diarista, garimpeira, manicura, operária da construção civil, vendedora de cosméticos e de peças de *lingerie* – são utilizadas como uma "fachada" que encobre o *status* estigmatizado da prostituição.

Para algumas das entrevistadas desse segmento, as atividades que exercem

paralelamente à prostituição têm pouco impacto em relação aos vencimentos alcançados com os programas, especialmente entre as mais jovens que exercem mais de uma modalidade de prostituição. Para a maioria delas, manter atividades paralelas à prostituição parece representar, também, uma tática que lhes possibilita assegurar margens de autonomia na prática dos programas sexuais, especialmente para as mais jovens.

Isso significa que as trabalhadoras desta modalidade que têm fonte de rendimentos fora da prostituição, ainda que variáveis, não precisam submeter-se às situações de exploração do seu trabalho em boates – por exemplo, a jornadas prolongadas de trabalho, com vínculos profissionais restritos a determinados estabelecimentos, onde são obrigadas a consumir bebidas alcoólicas e a realizar programas com clientes indesejáveis, dentre outros artifícios de exploração do trabalho da prostituta.

A terceira categoria de prostitutas identifica é composta por trabalhadoras sexuais que **atuam em regime de pensionato**. Em geral, são mulheres que se deslocam entre as diferentes cidades e regiões brasileiras para exercerem o trabalho sexual clandestina e discretamente. Elas são as responsáveis pelas despesas com a própria alimentação e deslocamento quando migrantes. Em contrapartida pelos vínculos de atuação com determinado bar, elas não têm despesas com moradia.

A existência desses vínculos torna possível que aconteça a exploração laboral. Comumente, há mulheres que foram recrutadas por isso as despesas com a viagem são financiadas pelos/as proprietários/as dos estabelecimentos de prostituição. Isso faz com que elas contraiam uma dívida inicial com seus/as empregadores/as. Nesse caso, o vínculo inicial pode ser desfeito apenas após o pagamento das despesas com a viagem. Em tais circunstâncias, o trabalho sexual é exercido em condições precárias e com regras de atuação pré-estabelecidas e pouco flexíveis quanto a permissão da atuação dessas mulheres em outros bregas, impossibilitando ampliação do número de interações com outros clientes. Apesar disso, muitas delas desenvolvem sentimentos de gratidão em relação aos seus/as empregadores/as informais.

Inicialmente elas se vinculam a um bar de prostituição onde permanecem por períodos prolongados de tempo que variam entre dois e três meses de trabalho, retornando por um curto período para visitar os seus familiares. Este é um período que elas consideram suficiente para poupar uma quantia significativa de

dinheiro ganho com a realização de programas sexuais. Aquelas que decidem permanecer na região por um período maior se inserem em outras redes de ajudas estabelecidas entre as próprias prostitutas, especialmente as brasileiras.

Nesse caso, o que há em comum entre as trabalhadoras que moram no local de trabalho e aquelas que praticam a prostituição nas casas fechadas são as circunstâncias de residirem no local de trabalho. À vista disso, o lugar ocupado pelas trabalhadoras em "regime de pensionato" pode limitar, de forma bem significativa, as margens de agenciamentos em relação à atuação profissional, considerando os vínculos que elas mantêm com os/as proprietários/as dos estabelecimentos.

Na relação de trabalho que essas prostitutas estabelecem com os bares onde atuam, pudemos identificar que a intensificação da subordinação está associada aos seguintes fatores: a) ao *status* do trabalho sexual que frente à falta de regulamentação é realizado informalmente, expondo as trabalhadoras a situações de exploração laboral; b) com relação à indefinição e ao prolongamento dos horários de trabalho como prostituta; c) à exigência de que a atuação aconteça no âmbito dos estabelecimentos com os quais elas mantêm vínculos exclusivos; d) à intermediação da negociação dos programas no caso dos contratos sexuais que incluem acompanhar o cliente (a saída) fora do estabelecimento; e) à contração de dívidas relativas às despesas com a permanência da trabalhadora no estabelecimento.

No processo de migração dessas trabalhadoras, marcado pelo *status* de minorias racial, social e de gênero, bem como as condições de trabalho sexual e as prováveis dívidas contraídas com a viagem são partes de um mosaico que define tanto a situação das bolivianas como das brasileiras migrantes de outras regiões. Nesse contexto pudemos constatar que há uma associação direta entre a prostituição e identidade feminina das bolivianas que migram para a região. A despeito de muitas migrantes bolivianas se inserem noutras atividades locais alheias ao trabalho sexual, elas ficam fora das normas de gênero vinculadas à feminilidade "respeitável", considerando que são percebidas e tratadas como prostitutas.

Conclusões

Todas essas dinâmicas nos permitem aventar que os deslocamentos, a inserção e a prestação de serviços sexuais são definidos a partir de margens de agenciamentos e negociações em relação aos seus empregadores facilitadores das mobilidades das prostitutas dessa

modalidade de inserção na prostituição. Nos termos apontados por Piscitelli, "as margens de agência são as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente" (PISCITELLI, 2008, p. 5).

Os vínculos dessas mulheres com estabelecimentos e autonomia percebida na prostituição escapam à lógica de funcionamento das redes de exploração e tráfico de seres humanos para fins do trabalho sexual, onde as mulheres têm as suas liberdades restringidas e são submentidas a condições degradantes de trabalho. Importa, ainda, destacar que inicialmente a sua migração foi favorecida por uma agenciadora brasileira que se passava por mulher boliviana. Em geral os/as agenciadores/as das prostitutas que se inserem nesta categoria são os/as próprios/as proprietários/as dos bares de prostituição ou alguma trabalhadora sexual incumbida dessa função. A autonomia de atuação daquela que não se submeteu às regras das boates, inserindo-se como trabalhadora livre/itinerante é definida pelo lugar que ocupa em vários espaços que atua como prostituta, e pela maneira como as relações de poder a situa; a capacidade de autofinanciar a sua viagem e permanência; a inserção em redes solidárias de autoajudas; capital simbólico que possui, como beleza e jovialidade; a origem social e étnica, dentre outras formas de circulação de poder.

Referencias bibliográficas

ÀLVAREZ, Silvina. **La Autonomía Personal y la Autonomía relacional**. In. Análises Filosófico. Vol. 35, n. 1 (mayo 2015) 13-26. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2015.

BARRETO, Letícia. **Prostituição, gênero e sexualidade:** hierarquias sociais e enfrentamentos no campo no contexto de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) –. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/UFMG, 2008.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e Desigualdades de Gênero:** contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BUTLER, Judith. **Feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CABEZAS, Amalia. **Mulheres dominicanas invisíveis**: discursos de tráfico de pessoas em Porto Rico. 2016, Cadernos Pagu. Vol. 47. Campinas 2016 Epub 15-Ago-2016. [versão online] Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200402&lng=pt&tlng=pt.> Acessado em: 3 mar. 2018.

DOEZEMA, Jo. (2005). **Now you see her, now you don't:** Sex Workers at the UN Trafficking Protocol Negotiation. Social Legal Studies, vol.14, 2005, pp. 61-89.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 1ª ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magna Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. (biblioteca básica).

GURGEL, Telma. **Feminismos no Brasil contemporâneo:** apontamentos críticos e desafios organizativos. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun. 2014.

NARVAZ, Martha G.; KELLER, Sílvia Helena. **Metodologias Feministas e Estudos de Gênero**: articulando pesquisa, clinica e política. In. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NARVAZ, Martha G.; NARDI, Henrique C.; **Problematizações feministas à obra de Michel Foucaul**t. In.: Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. VII – Nº 1 – mar/2007 – p. 45-70.

PISCITELLI, Adriana. **Exploração sexual, trabalho sexual**: noções e limites. Seminário Corpos, Sexualidades e Feminilidades. UERJ, 2012. (Paper apresentado no *Seminário Corpos Sexualidades e Feminilidades* na UERJ em setembro de 2012).

_____.**Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 - 274.

_____. **Recriando a (categoria) mulher?** In ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7- 42.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, M. Filomena; CARRARA, Sérgio. (Orgs.)**. Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras - Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PROJETO DE LEI Nº. 4211/2012. **Lei Gabriela Leite.** Regulamenta as atividades dos profissionais do sexo. Autor: Deputado Jean Wyllys. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829&filename=PL+4211/2012> Acesso em: 10 jul. 2016.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71 – 99, jul/dez. 1995.

SZWAKO, José. **Verônica e sua autonomia**. Resenha: Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições o feminismo para a crítica democrática. Resenha Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 30 n° 89/ 2015, pp. 182-186.